

A reação de classe no reagente racial

Heron Albergaria de Melo

*Economista e Mestre em Análise Regional
E-mail: halbergaria@yahoo.com.br*

RESUMO: O objetivo desse artigo é apresentar uma correlação entre a questão de classe e a questão racial no Brasil.

PALAVRAS CHAVE: Ações Afirmativas; Classe; Escravidão.

ABSTRACT: The present article seeks to present a correlation between the issue of class and racial issue in Brazil.

KEYWORD: Affirmative actions; Social Classes; Slavery

As relações escravocratas não surgiram pelos braços da expansão ibérica no capitalismo incipiente do século XVI, nem como fenômeno social nem como categoria teórica. Guardado o devido distanciamento entre suas diferentes formas de integração na vida social, havia escravidão na Grécia antiga, no império romano, entre povos africanos, na China antiga, etc. Ao ser revitalizada e incorporada ao modo de produção de uma sociedade que então começava a engatinhar, a instituição social da escravidão recebeu da modernidade uma nova marca histórica - se converteria, a partir dali, numa questão interna da sociedade do Capital. E, desde então, passou a se tratar da integração da produção colonial baseada em trabalho escravo na formação do sistema capitalista e no seu modo específico de dominação social ¹.

Isso quer dizer que as manifestações de conflito que demarcaram as formas de dominação escravocrata ao longo da história foram progressivamente convertidas, sob o capitalismo, em uma forma capitalista de manifestação desse conflito. As relações de dominação persistiram como substância do processo histórico-social, mas tanto as suas

1 FRANCO. Maria Sílvia de Carvalho. Organização Social do Trabalho no Período Colonial. In: PINHEIRO (org.), 1984.

formas de manifestação quanto as formas de rejeição que lhe são contrapostas prosseguiram se transformando². Na sociedade do capital os conflitos sociais se revestem da fôrma capitalista, a qual está caracterizada pela manifestação dos interesses de classe. Mas, abaixo da secção conflituosa básica entre capitalistas e trabalhadores, leques de circunstâncias dão forma a subdivisões nas classes sociais por leques de interesses. Os interesses do trabalhador excluído (informal, desempregado, etc.) não são rigorosamente os mesmos do trabalhador formal (direitos trabalhistas assegurados); os do grande capital não são os mesmos do pequeno capital.

Por outro lado, existem muitos exemplos na história mundial de comportamentos sociais análogos ao que no Brasil conhecemos por racismo³. Em suas raízes vimos a fabricação de estratégias políticas de aversão a uma suposta alteridade, cuja real justificativa encontrava-se num projeto de dominação. Como lembra Sodré (1999), a manipulação das diferenças com propósitos coloniais está associada à disseminação de um tipo específico de racismo a partir do século XVIII. Essas estratégias acabaram forjando complexos dispositivos de transmissão, de geração para geração, que buscam conservar decalques das relações de domínio frente às tensões antagônicas sempre impostas pelas forças sociais da libertação.

Tratar da questão negra no Brasil exige trafegar pela formação histórica do conjunto social brasileiro a partir da expansão comercial ibérica, em sua trajetória de *acumulação primitiva*⁴ por meio da colonização. Inicialmente, tratou-se de resolver os aspectos relativos à quantidade de força de trabalho necessária à expansão açucareira de Portugal e das respectivas condições de seu domínio escravocrata. A prática pré-existente da comercialização de escravos (ALENCASTRO, 2000), somada aos conflitos entre nações africanas, suscitou resolver a ambos simultaneamente, porque tornou possível obter uma quantidade expressiva de pessoas escravizadas cuja aparência os diferenciava dos portugueses, facilitando, portanto, sua identificação como escravos. Ou seja, os interesses que se acoplaram em torno da escravização de pessoas e de seu tráfico como mercadoria selaram a solução. É daí que começam a ser socialmente engendradas as identidades que hoje reconhecemos como integrantes da questão negra no Brasil.

2 Isso não quer dizer que as relações escravocratas tenham desaparecido da sociedade, como bem atestam os inúmeros episódios de trabalho análogo ao escravo encontrados ainda hoje na produção rural brasileira (na Amazônia, etc.).

3 Vale citar exemplos como o dos gregos da antiguidade sobre os povos “bárbaros”, da Alemanha nazista sobre os judeus, da fratura imposta pela colonização belga sobre o povo de Ruanda (que os dividiu em Tutsis e Hutus), etc.

4 MARX, livro 1, v. 2, p. 828. 1971

As gerações de negros escravizados, traficados, e incorporados durante séculos ao sistema produtivo no Brasil foram convertidas, ao longo do tempo, num segmento específico dos trabalhadores brasileiros. Tal especificidade foi demarcada sobre a sua identidade pelas conseqüências de um processo histórico do qual, ainda hoje, prosseguem sendo vítimas. A escravidão capitalista produziu, assim, duas questões organicamente imbricadas - a questão de classe na questão racial. Embora, em hipótese alguma, se possa limitar o complexo cultural das questões raciais aos aspectos das questões de classe, no Brasil contemporâneo seria inadequado tratá-las como se fossem questões completamente independentes entre si. Essa é sua marca histórica e sua dificuldade de entendimento.

No lado racial dessas duas questões reagentes estão todas as mazelas da escravidão. Seus desdobramentos são as fatalidades sócio-econômicas e comportamentais que “racializam” a sociedade brasileira faz séculos, dentre as quais se encontra a perversa corrosão das oportunidades daqueles grupos socialmente percebidos como negros (beira o insulto haver necessidade de apontar dados estatísticos para ilustrar aquilo que a carne sabe desde que existe, mas eles estão disponíveis em fartura por aí). Do lado classista da reação atuam as estratégias de combate, como as ações afirmativas (a política das Cotas e o Estatuto da Igualdade Racial), cuja própria colocação na pauta da sociedade brasileira é reflexo de movimentações e conquistas de classe. Juntamente com a ação política de diversas instituições militantes na causa negra, foi a ascensão de grupos negros a determinados postos do arranjo social brasileiro que viabilizou essas conquistas. Sem dúvida, a universalidade da educação pública (tônica nas questões de classe) compõe a trajetória desses grupos como um dos fatores de sua ascensão. Assim como, os meios idealizados nas ações afirmativas para efetivar seus fins são, essencialmente, instrumentos de projeção social, portanto, instrumentos de classe. Enfim, a força aglutinadora da causa racial desfez sua luta através da operação estratégica das questões de classe. Seu foco não se detém sobre uma suspeita “reversão dos sentimentos” racistas, mas sobre aspectos particulares da desigualdade social brasileira.

As ações afirmativas são conquistas políticas de um determinado segmento da sociedade brasileira por intermédio da causa negra, do mesmo modo que, por exemplo, as conquistas políticas do MST representam as de outros segmentos por meio da causa da propriedade e função social da terra. A bandeira particular de cada mobilização social é germinada pelo poder de conjugação de forças emanado do significado histórico da sua

causa. Não se trata da mera identificação de conteúdos com potencial concreto de mobilização. E sendo assim, em tempos onde a própria dinâmica capitalista con corre para dinamitar as possibilidades das formas conhecidas de articulação social, a crítica das ações afirmativas exige, anteriormente, a assimilação de seu pleno significado.

REFERÊNCIAS:

ALENCASTRO. Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PINHEIRO. Paulo Sérgio (org). *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.

SODRÉ. Muniz. *Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 1999.